

**PESQUISADOR INTERNACIONAL
CRITICA MODELO FALIDO DAS
PRIVATIZAÇÕES/PPPs**

Pesquisador argentino José Esteban Castro
veio a Fortaleza a convite do Sindiagua

Página 2

Privatização da água disfarçada de PPP é questionada em audiência pública

Em audiência pública realizada no dia 15/09 na Assembleia Legislativa do Ceará, trabalhadores da Cagece, Cogeh, SAAEC e SAAEs, representantes de movimentos sociais, entidades de classe, associações de bairro, estudiosos e parlamentares – além da direção do Sindiagua - questionaram o projeto de privatização disfarçada de PPP (Parceria Público Privada) que o Governo do Estado estuda aplicar no setor de saneamento do Ceará. A plateia presente – que compareceu em bom número, chegando a ocupar duas salas do Complexo das Comissões da Assembleia – foi unânime em rejeitar a possível privatização/PPP numa votação simbólica encaminhada pelo presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, ao final da audiência.

O evento foi uma iniciativa conjunta da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal de Fortaleza que atendeu a uma solicitação da direção do Sindiagua (tendo o deputado estadual Elmano Freitas e o vereador Acrísio Sena como requerentes). O pesquisador argentino José Esteban Castro, coordenador da Rede Internacional WATERLAT-GOBACIT dedicada à pesquisa sobre gestão da água, veio a Fortaleza participar da audiência a convite do Sindiagua. Esteban apresentou estudos que comprovam que a política de privatizações/PPP é um modelo falido. Segundo ele, aumento de tarifas (um dos primeiros impactos sentidos) não cumprimento de contrato e falta de investimentos são algumas das consequências constatadas nas experiências de privatização. “É um padrão”, atestou Esteban. Para ele, o Ceará está indo na contramão do mundo ao projetar a privatização/PPP do setor, já que há uma tendência de reestatização.

Jadson Sarto, presidente do Sindiagua, foi um dos debatedores e lembrou que mais de 260 cidades no mundo estão reestatizando



o serviço de saneamento que fora privatizado nos anos 1990. “Diante do fracasso da política privatista neoliberal, começaram a apostar em outras estratégias de privatização, como a PPP ou PPI (Programa de Parcerias e Investimentos)”, destaca.

A diretora de mercado da Cagece, Cláudia Caixeta, representou a Companhia e o Governo na audiência e tentou convencer a plateia e os espectadores de que a cúpula da Estatal e o Governo do Estado são contra privatização. Porém, Caixeta confirmou que a Cagece estuda sim a possibilidade de implantar uma PPP, o que, na prática, significa passar para a iniciativa privada a operação e manutenção do sistema de água e esgoto. “O Governo adota um discurso que tenta ludibriar a população dizendo que PPP não é privatização. Mas a única diferença entre privatização e PPP é somente o tempo de duração. Enquanto a primeira é por tempo indeterminado, a segunda tem duração de 25 a 35 anos, podendo ser prorrogada pelo mesmo tempo ou mais. Além disso, as PPPs são porta de entrada para privatizações definitivas, inclusive dos SAAEs. Já há alguns SAAEs sendo visitados por empresas americanas”,

alertou Jadson Sarto.

Em entrevista à imprensa, a diretora de mercado da Cagece chegou a afirmar ainda que os recursos obtidos com uma possível PPP seriam usados nos municípios não contemplados pela Parceria. “Dizem que são contra a privatização, mas assumem que estudam entregar à iniciativa privada o serviço do saneamento somente dos municípios que podem dar lucro, justamente o filé da receita da Cagece”, critica Jadson.

Ao final da audiência, Elmano e Acrísio se comprometeram a buscar uma reunião com o governador Camilo Santana para levar a questão, sensibilizando-o para as consequências de uma PPP no setor. Para os parlamentares, a Cagece precisa de mais investimentos públicos e funcionários concursados para universalizar o saneamento, mas sem privatizações ou PPP. Elmano lembrou que o Governo do Estado tem capacidade de endividamento que possibilita conseguir recursos para a universalização do saneamento público.

Durante o evento, o Sindiagua lançou uma cartilha que traz as principais consequências da privatização/PPP da água.

“As empresas não estão interessadas nos mais pobres, os que mais precisam do serviço de saneamento”

O pesquisador argentino José Esteban Castro foi categórico em sua palestra: a privatização/PPP do saneamento não dá resultado. Sua constatação é baseada em mais de 30 anos de pesquisa sobre as experiências de gestão da água em todo o mundo.

Esteban – que coordena uma rede internacional de pesquisa sobre políticas da água – veio a Fortaleza a convite do Sindiagua para participar da audiência pública sobre os impactos da privatização/PPP do saneamento realizada na Assembleia Legislativa no dia 15/09. Além da audiência, ele participou também da reunião do conselho de representantes do Sindiagua no dia anterior e, junto com o presidente da entidade, Jadson Sarto, deu entrevista a órgãos de imprensa.

Em sua visita, apresentou vários exemplos de cidades do mundo que experimentaram a privatização e voltaram atrás diante dos resultados negativos, como Paris, na França; Berlim, na Alemanha; Atlanta, nos Estados Unidos; Buenos Aires, na Argentina e Cochabamba, na Bolívia. “É impossível atingir a universalização promovendo o lucro privado como principal mecanismo de gestão”, alegou.

Segundo ele, no final da década de 1990, apenas 5 a 7% dos serviços de saneamento do mundo eram privatizados, numa demonstração de que a proposta teve forte rejeição até mesmo no auge do neoliberalismo e das políticas privatistas. E hoje os estudos apontam que há uma tendência mundial de reversão das privatizações ocorridas no passado. Para o pesquisador, o Ceará está indo na



contramão do mundo ao começar a discutir processo de privatização por meio de uma PPP do setor, já que as experiências existentes fracassaram em levar a cobertura aos ainda não atendidos, comprovando que as privatizações/PPP são excludentes. “As empresas não estão interessadas nos mais pobres, os que mais precisam do serviço de saneamento”, ressaltou Esteban em entrevista à imprensa. O pesquisador alertou ainda para outros riscos, como o aumento de tarifas, segundo ele, um dos primeiros impactos imediatos sentidos pela população quando se

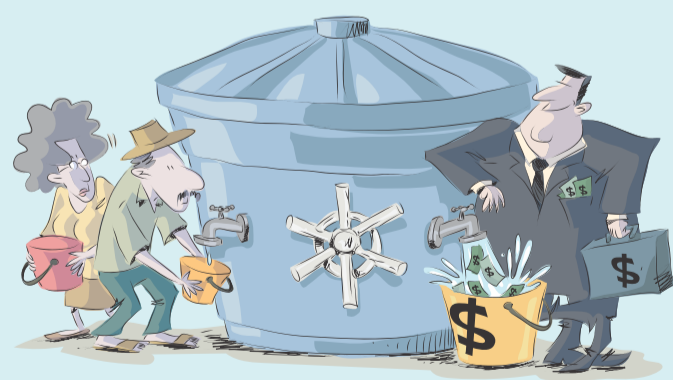
privatiza a água. “É um padrão que se observa nas privatizações”, destaca.

Esteban lembrou que o próprio Banco Mundial (um os principais financiadores das políticas privatistas) chegou a reconhecer o fracasso das privatizações no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2004 quando afirmou ser um equívoco deixar o saneamento nas mãos do setor privado. Outro problema verificado são os elevados níveis de corrupção que têm sido recorrentes nos processos de privatização/PPP. “A corrupção é a forma mais primitiva de ‘parceria público-privada’ que já conhecemos”, ironiza, lembrando que os investimentos sempre partem do Estado, mesmo quando há a parceria com o privado.

Ele apontou que os recursos do BNDES usados para estudos de PPP deveriam ser destinados ao setor público para melhoria dos serviços. Como saída para universalizar o saneamento público, Esteban defende que, além de mais investimentos, haja gestões éticas e uma maior participação da sociedade (a exemplo do que aconteceu em Buenos Aires, onde, após a reestatização, foi criado um conselho cidadão para fiscalizar o setor). Para ele, a democratização dos serviços de saneamento requer o controle social do cidadão e investimentos em parcerias público-público ou público-comunitária como alternativas para aumentar a qualidade e aprimorar as empresas públicas de saneamento. “A luta pela água é uma luta pela cidadania”, ressaltou.

Entenda mais sobre o projeto de privatização/PPP

O Governo Federal lançou, em setembro de 2016, um programa que normatiza o processo de concessões e privatizações no Brasil. A partir dele, o Governo vem impondo aos estados endividados a adesão ao programa como condição para oferecer socorro financeiro. Dezoito estados chegaram a aderir ao programa, entre eles o Ceará (que, segundo o governo estadual, não tem dívidas com a União). O consórcio Aqua - empresa licitada e financiada pelo BNDES dentro do Programa Nacional de Privatizações – já está visitando a estrutura da Cagece para realizar estudos. As informações obtidas pelo Sindiagua apontam que uma PPP (Parceria Público Privada) nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri (o “filé” da receita da Cagece) vem sendo considerada. O Sindiagua entende que as PPPs são uma forma disfarçada de privatização, já que, na prática, causam os mesmos efeitos negativos de uma privatização convencional. Questionado em abril pelo Sindiagua, durante visita à Cagece, o Governador Camilo Santana se comprometeu em receber o Sindicato. A entidade aguarda há pelo menos seis meses a audiência com o Governador.



Brasil e Ceará na contramão

Levantamento feito por organizações internacionais de pesquisa aponta que há uma tendência mundial de reestatizar os serviços de saneamento. Nos últimos 17 anos, foram registrados mais de 260 casos de reestatização de sistemas de água e esgoto em todo o mundo. Paris, Buenos Aires e Berlim estão entre as cidades analisadas pelo mapeamento. A tendência mundial de reestatização vem sendo provocada por uma série de problemas recorrentes das privatizações, entre eles serviços inflacionados, ineficientes e excludentes.

Argumentos do Sindiagua, Professor Esteban e de parlamentares contrários à privatização disfarçada de PPP são destacados em cobertura da imprensa

Com a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, a direção do Sindiagua conseguiu expor na imprensa os argumentos contrários à ameaça de privatização/PPP. Tvs, jornais impressos, rádios e blogueiros cobriram o evento, dando visibilidade aos riscos do projeto que está sendo gestado pelo Governo do Estado junto com o Governo Temer.



Jadson Sarto e José Esteban no programa de rádio do Paulo Oliveira

PÁGINA 4 COTIDIANO

O POVO
FORTALEZA - CE, SÁBADO - 16 DE SETEMBRO DE 2017

Gestão da Cagece

Proposta de PPP gera polêmica

A abertura de estudos técnicos para verificar a possibilidade de a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) atuar em parceria público-privada (PPP) causa polêmica entre os servidores. Eles dizem que a alternativa funcionaria, na prática, como privatização. Uma audiência pública foi convocada na Assembleia Legislativa, na tarde de ontem, para discutir o tema.

Em março, o Governo Federal divulgou edital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) com o objetivo de garantir estudos para a estruturação de projetos do tipo para gestão da água. A Cagece estava na lista.

A parceria, se firmada, atuaria para garantir serviços de saneamento nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Para o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiagua), o instrumen-



Audiência pública discutiu proposta na Assembleia Legislativa

to poderia causar demissões e repercutir em aumento da tarifa de água.

Para o professor argentino José Esteban Castro, pesquisador de políticas sobre água da Universidade de Oxford, a alternativa vai na contramão do que se observa no mundo todo. O estu-

dioso palestrou durante a audiência pública a convite do sindicato. Ele defende que, mesmo com a parceria, os investimentos partiriam do Estado, com base no que aconteceu em outros países. "Além disso, as empresas não estão interessadas nos mais pobres, os que

mais precisam do serviço (saneamento). É um padrão que se encontra no mundo", continua.

Presente na audiência pública, a diretora de mercado da Cagece, Cláudia Caixeta, disse que o estudo não aponta, necessariamente, para firmar a parceria. "É simplesmente um estudo. A gente precisa buscar alternativas para melhorar o saneamento", justifica, citando que a companhia também procura investimento em bancos nacionais e internacionais para o serviço.

A diretora também é categórica ao dizer que a parceria não significa privatização. "Enquanto direção, somos contra a privatização da companhia", assevera.

O estudo será concluído em junho de 2018. De acordo com Cláudia, a partir dos resultados, o Governo do Estado e Cagece vão se reunir para decidir se a PPP é viável ou não. (Rômulo Costa)

DIÁRIO DO NORDESTE
FORTALEZA, CEARÁ - SÁBADO DE DOMINGO, 16 E 17 DE SETEMBRO DE 2017

DIZ ESPECIALISTA

Tarifa de água mais cara é risco de PPP da Cagece

Audiência pública debateu privatização e comparou com casos similares em grandes cidades do mundo

LEVI DE FREITAS
Repórter

Aumento da tarifa, queda da qualidade do serviço, falta de transparência, fracasso previsível e privatização disfarçada. Para o coordenador da Rede Internacional Waterlat-Gobacit, o argentino José Esteban Castro, estes são alguns dos problemas de uma Parceria Público Privada (PPP) em relação à gestão da água. Ele participou na última sexta-feira (15) de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, onde foram distribuídas cartilhas explicando os argumentos, sob o ponto de vista do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiagua).

O evento foi motivado pela possibilidade de ser firmada uma PPP com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), a ser avaliada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O estudo ainda está em andamento.

Presente à audiência, a diretora de marketing da Cagece, Cláudia Caixeta, disse que "a Cagece, assim como o governo do Estado, é radicalmente contra a privatização". Ela afirmou, ainda, não crer em demissão em massa, em caso de PPP.

"Hoje, a necessidade de investimento é muito elevada. Para universalizar (o acesso a água e esgoto) no Ceará, são precisos R\$ 14 bilhões, e a Cagece não tem essa capacidade de investimento. A iniciativa privada, caso se tornar viável, chegaria para realizar os investimentos".

Segundo Cláudia, o estudo de viabilidade elaborado pelo BNDES deverá ficar pronto até junho do próximo ano. Só então, o Estado irá avaliar a possibili-



Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiagua) discutiram com estudiosos, representantes políticos e da empresa sobre a possibilidade de Parceria Público Privada. FOTO: LEVI DE FREITAS

de de levar adiante a ideia de parceria com empresas.

Exemplos

Castro citou exemplos de outras grandes cidades pelo mundo que fizeram a experiência de repassar a gestão hídrica para empresas e que tiveram de reestimar os serviços diante do fracasso da empreitada.

"O argumento tem sido para melhorar a qualidade do serviço, aprimorar. Isso não dá certo, não dá resultado. Em muitas cidades do mundo isso foi experimentado, como exemplos, Paris, na França; Berlim, na Alemanha; Atlanta, nos Estados Unidos; Buenos Aires, na Argentina. Todas essas cidades terminaram voltando as empresas para as mãos públicas. Sobre tudo, fracassam em levar a cobertura aos ainda não atendidos, aos mais pobres, pois o investimento a ser feito para isso não vem das empresas privadas, tem que ser do Estado. Lamentavelmente o Brasil, nesse momento, tem anunciado uma política massiva de privatizações e recomendo que se preste atenção ao que está

CORRUPÇÃO



"Já vimos que privatizar não elimina a corrupção, pois a informação da empresa vira privada e falta transparência"

JOSÉ ESTEBAN CASTRO
Diretor da Rede Waterlat-Gobacit

acontecendo no mundo, onde se está reestatizando empresas que tinham sido privatizadas pois não deu certo", disse, frisando como solução a criação de Parcerias Público-Público ou Público-Comunitária.

Aumento

Conforme o presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, o primeiro

problema a surgir com a PPP seria o aumento dos preços cobrados pelos serviços. "Pelos estudos que fizemos, o impacto inicial é o aumento de tarifa. No mínimo, duplicam", afirmou.

Além disso, Sarto elencou a preocupação com a estabilidade dos atuais funcionários da Cagece, em caso de PPP. "Pela experiência que se tem com a questão das privatizações, há demissão em massa", apontou.

O debate foi proposto com o apoio e iniciativa do deputado estadual Elmano de Freitas e do vereador Acrísio Sena. Freitas enfatizou que o ideal, em sua opinião, seria investir na atual estrutura da Cagece, para atender o maior número possível de cearenses.

"O estudo (do BNDES) deve ser feito para garantir saneamento e água para todos e isso se faz com o poder público executando um grande projeto para todo o Ceará. Não podemos mais conviver com isso. Se tem uma coisa que o Estado pode se endividar, é fazer obra para garantir esgoto e água tratada para nosso povo", defendeu.

PÁGINA 2 O POVO
FORTALEZA - CE, QUINTA-FEIRA - 14 DE SETEMBRO DE 2017

EDITORIA LUIZ GONÇALVES; ÉRICA FERREIRA; FOTOGRAFIA: JEFFERSON PEREIRA; EDITORA: ADRIANA; ADRIANA



Por Eliomar de Lima
com Redação

Esta coluna é publicada de Segunda a Sábado

VERTICAL

vertical@pevo.com.br

Privatização da Cagece em foco

Uma audiência pública conjunta da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Fortaleza debaterá amanhã, às 14 horas, os impactos de uma possível privatização do saneamento no Ceará. O encontro vai contar com palestra do professor e pesquisador internacional José Esteban Castro, que apresentará dados das experiências de privatizações do saneamento no mundo. Esteban, que visita Fortaleza a convite do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará (Sindiagua), é doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford e coordenador da Rede Internacional Waterlat-Gobacit, dedicada à pesquisa e docência sobre política e gestão da água. O presiden-

te do Sindiagua, Jadson Sarto, defende o aumento dos preços cobrados pelos serviços. "Pelos estudos que fizemos, o impacto inicial é o aumento de tarifa. No mínimo, duplicam", afirmou.

Diário do Nordeste

Cidade Política Negócios

ROBERTO MOREIRA

Audiência pública debaterá impactos de privatização/PPP no saneamento

10:07 - 14.09.2017 / atualizado às 10:07 - 14.09.2017 por Roberto Moreira

Será realizada em dia 15/09, às 14h, uma audiência pública conjunta da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal de Fortaleza que vai debater os impactos de uma possível privatização/PPP do saneamento no Ceará. No encontro, haverá uma palestra com o professor e pesquisador internacional José Esteban Castro que vai apresentar dados das experiências de privatizações de saneamento no mundo. Esteban, que vem a Fortaleza a convite do Sindiagua (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Ceará), é doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford e coordenador da Rede Internacional WATERLAT-GOBACIT dedicada à pesquisa e docência sobre política e gestão da água.

O presidente do Sindiagua, Jadson Sarto, será um dos debatedores. Foram convidados para a audiência o governador do Estado, Prefeita de Fortaleza, Cagece, Copel, além de entidades de classe e movimentos sociais. A audiência



Entrevista à TV Diário



Entrevista à TV Verdes Mares

